

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 31ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 02/12/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Projetos para Votação em Plenário

1) PL 294/2011	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD); Ver. CLAUDIO FONSECA (PPS)	Votação			
DISPÕE SOBRE DIRETRIZES PARA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL COM GRADUAL E PROGRESSIVA AMPLIAÇÃO DA JORNADA ESCOLAR DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
Relator: Ver. OTA (PROS)		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 1 (uma) sessão em 25/11/2015 a pedido do Ver. Paulo Fiorilo

ASSUNTO: institui diretrizes que especifica para a educação integral em tempo integral dos alunos do ensino fundamental da rede municipal, com o aumento progressivo da jornada escolar.

De acordo com a propositura, a educação integral em tempo integral ampliará a jornada escolar dos alunos da rede municipal de ensino em no mínimo 7 (sete) horas, considerando a totalidade do tempo de permanência do aluno na unidade escolar; a instituição da referida política terá caráter facultativo, tanto quanto à oferta pelas escolas como quanto à adesão dos alunos; dar-se-á de forma gradativa e progressiva de acordo com a realidade de cada unidade escolar; e respeitará a composição e duração das jornadas docentes e dos demais profissionais de educação estabelecidas em lei.

As diretrizes listadas pelo projeto são, entre outras: a responsabilidade coletiva do Estado, da família e da comunidade com a educação integral em tempo integral; ampliação da permanência do aluno na escola oferecendo possibilidades de aprendizagem, com currículo diversificado; oferta aos alunos de atividades culturais, esportivas e tecnológicas; desenvolvimento de atividades de aprendizagem relacionadas com o projeto pedagógico da unidade escolar com o objetivo de atender alunos com dificuldades de aprendizagem e/ou aproveitamento insatisfatório; desenvolvimento de projetos educacionais visando a construção da identidade dos alunos como cidadãos conscientes; as escolas terão autonomia para elaborar a programação das atividades do período ampliado da jornada escolar, com a participação e aprovação do respectivo Conselho de Escola; desenvolver atividades que possibilitem aos alunos entrar em contato com diferentes profissionais, visando facilitar sua escolha profissional e identificação de suas aptidões.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela **legalidade** (fls.64/66). Há voto vencido pela inconstitucionalidade e ilegalidade (fls.67/69).

Comissão de Administração Pública: parecer favorável, com substitutivo que inclui, dentre as diretrizes para ampliação da jornada escolar, institucionalizar e manter, em regime de colaboração, iniciativas de melhoria da infraestrutura física, de produção de material didático e de formação de recursos humanos

para a educação em tempo integral (fls.70/74).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: realizou duas audiências públicas (em 20/06/2012, menção ao PL a fls. 77, e no dia 15/08/2015, menção ao PL a fls. 2 do arquivo digital, disponível em www.camara.sp.gov.br, no link “Audiências Públicas” → Registro Escrito”. A Comissão exarou parecer **favorável** ao substitutivo da Comissão de Administração Pública (fls.79).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Embora as diretrizes sugeridas impliquem elevação da despesa pública, o próprio texto da propositura introduz mecanismos de equilíbrio orçamentário-financeiro, ao definir o caráter gradual e voluntário de sua implementação. Há necessidade de substitutivo para esclarecer a questão da ampliação da jornada escolar, que deverá ser ampliada **para 7 (sete) horas diárias, não em 7 horas diárias**. Outro ponto a ser ressaltado por esta Consultoria está relacionado ao fato de que grande parte do conteúdo disposto pelo projeto em tela já está devidamente contemplado pela Lei nº 16.271, de 17 de setembro de 2015, que Aprova o Plano Municipal de Educação de São Paulo - PME. Como ilustração deste fato, o texto do inciso V do art. 2º especifica uma das diretrizes do PME: “promover a educação integral em tempo integral”. Prosseguindo, o próprio texto do PME apresenta estratégias associadas ao cumprimento de várias metas, entre elas, estratégias para a viabilização da seguinte “Meta 9”: “Oferecer educação integral em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos educandos da Educação Básica até o final da vigência deste Plano”. Além disso, há considerável interseção entre o conteúdo do art. 2º da propositura em tela e as estratégias associadas à referida Meta 9.

Elaboração: Adriano Nunes Borges/Emerson Rildo Araújo de Carvalho - Consultores Técnicos Legislativos - Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi/Alexandre Henrique Cardoso - Consultora Técnica Legislativa – Economia

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 294/2011

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Claudio Fonseca e José Police Neto, visa instituir diretrizes que especifica para a educação integral em tempo integral dos alunos do ensino fundamental da rede municipal, com o aumento progressivo da jornada escolar.

De acordo com a propositura, a educação integral em tempo integral ampliará a jornada escolar dos alunos da rede municipal de ensino em no mínimo 7 (sete) horas, considerando a totalidade do tempo de permanência do aluno na unidade escolar; a instituição da referida política terá caráter facultativo, tanto quanto à oferta pelas escolas como quanto à adesão dos alunos; dar-se-á de forma gradativa e progressiva de acordo com a realidade de cada unidade escolar; e respeitará a composição e duração das jornadas docentes e dos demais profissionais de educação estabelecidas em lei.

As diretrizes listadas pelo projeto são, entre outras: a responsabilidade coletiva do Estado, da família e da comunidade com a educação integral em tempo integral; ampliação da permanência do aluno na escola oferecendo possibilidades de aprendizagem, com currículo diversificado; oferta aos alunos de atividades culturais, esportivas e tecnológicas; desenvolvimento de atividades de aprendizagem relacionadas com o projeto pedagógico da unidade escolar com o objetivo de atender alunos com dificuldades de aprendizagem e/ou aproveitamento insatisfatório; desenvolvimento de projetos educacionais visando a construção da identidade dos alunos como cidadãos conscientes; as escolas terão autonomia para elaborar a programação das atividades do período ampliado da jornada escolar, com a participação e aprovação do respectivo Conselho de Escola; desenvolver atividades que possibilitem aos alunos entrar em contato com diferentes profissionais, visando facilitar sua escolha profissional e

identificação de suas aptidões.

A douta Comissão de Administração Pública apresentou parecer favorável, com substitutivo que inclui, dentre as diretrizes para ampliação da jornada escolar, institucionalizar e manter, em regime de colaboração, iniciativas de melhoria da infraestrutura física, de produção de material didático e de formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Administração Pública. Todavia, em vista da necessidade de dar maior clareza à proposta de fixação de jornada escolar do projeto, sugerimos o seguinte substitutivo:

SUBSTITUTIVO Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 294/2011

Dispõe sobre diretrizes para educação integral em tempo integral com gradual e progressiva ampliação da jornada escolar dos alunos do ensino fundamental da rede municipal de ensino.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º Com fundamento no art. 34, § 5º do art. 87 e inciso X do art. 3º da Lei Federal 9.394 de 24 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ficam instituídas as diretrizes para a educação integral em tempo integral dos alunos do ensino fundamental da rede municipal com o aumento progressivo da jornada escolar.

§ 1º A educação integral em tempo integral ampliará a jornada escolar dos alunos da rede municipal de ensino **para**, no mínimo, 7 (sete) horas considerando a totalidade do tempo de permanência do aluno na unidade escolar.

§ 2º A instituição da educação integral em tempo integral terá caráter facultativo tanto quanto à oferta pelas escolas como quanto à adesão dos alunos.

Art. 2º A ampliação da jornada escolar para a instituição da educação integral em tempo integral dar-se-á de forma gradativa e progressiva de acordo com a realidade de cada unidade escolar com as seguintes diretrizes:

I - a responsabilidade coletiva do Estado, da família e da comunidade com a educação integral em tempo integral;

II - ampliação da permanência do aluno na escola oferecendo possibilidades de aprendizagem, com currículo diversificado;

III - oferta aos alunos de atividades culturais, esportivas e tecnológicas;

IV - reconhecimento da escola como espaço de socialização onde o aluno possa vivenciar experiências de organização e construção coletivas dos diferentes saberes;

V - desenvolvimento de atividades de aprendizagem relacionadas com o projeto pedagógico da unidade escolar com o objetivo de atender alunos com dificuldades de aprendizagem e/ou aproveitamento insatisfatório;

VI - desenvolvimento de projetos educacionais visando a construção da identidade dos alunos como cidadãos conscientes;

VII - realização de atividades educacionais dentro ou fora da unidade escolar desde que fique expresso em planejamento sua significação e intencionalidade formativa e educativa;

VIII - ressignificação de tempos e espaços escolares valorizando as especificidades culturais e

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 31ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 02/12/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

sociais da comunidade escolar;

IX - a escola, centro do processo educativo, poderá promover a articulação com outras instâncias educativas da sociedade como universidades, centros culturais, clube escola, teatro, cinema, bibliotecas, museus e demais instituições com programas educativos, culturais, esportivos e tecnológicos;

X - as escolas terão autonomia para elaborar a programação das atividades do período ampliado da jornada escolar, com a participação e aprovação do respectivo Conselho de Escola;

XI - os alunos poderão ser agrupados não só por critério de idade, mas também por suas preferências em relação às atividades propostas.

XII - desenvolver atividades que possibilitem aos alunos entrar em contato com diferentes profissionais visando facilitar sua escolha profissional e identificação de suas aptidões.

XIII – institucionalizar e manter em regime de colaboração, ampliação e reestruturação das escolas públicas municipais por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como de produção de material didático e de formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.

Art. 3º A instituição da educação integral em tempo integral nas unidades escolares dar-se-á respeitando a composição e duração das jornadas docentes e dos demais profissionais de educação estabelecidas na Lei 14.660 de 26 de dezembro de 2007.

Art. 4º O Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias, próprias.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

2) PL 129/2013	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	Votação			
DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA PUBLICAÇÃO DA PAUTA DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS DA CÂMARA TÉCNICA DE LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA (CTLU), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
Relator: Ver. JAIR TATTO (PT)		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
Parecer: FAVORAVEL		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão					

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 31ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 02/12/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

ASSUNTO: obriga a Câmara Técnica de Legislação Urbanística – CTLU a publicar no Diário Oficial da Cidade de São Paulo a pauta das reuniões ordinárias e extraordinárias. Nos termos da propositura, a referida publicação deverá ocorrer com 7 (sete) dias de antecedência.

Na sua justificativa, o nobre Autor ressalta que “A presente propositura tem como alvo oferecer ao cidadão a mais ampla transparência da Administração Municipal, objeto este tão mencionado com as diversas ações tomadas pela municipalidade, bem como por esta Casa de Leis”.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 40/41).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: favorável (fls.42/43).

Comissão de Administração Pública: favorável (fl.44).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo – Economia

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 129/2013

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Aurélio Nomura, visa obrigar a Câmara Técnica de Legislação Urbanística – CTLU a publicar no Diário Oficial da Cidade de São Paulo a pauta das reuniões ordinárias e extraordinárias. Nos termos da propositura, a referida publicação deverá ocorrer com 7 (sete) dias de antecedência.

Na sua justificativa, o nobre Autor ressalta que a “presente propositura tem como alvo oferecer ao cidadão a mais ampla transparência da Administração Municipal, objeto este tão mencionado com as diversas ações tomadas pela municipalidade, bem como por esta Casa de Leis”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor ao projeto, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

3) PL 304/2013	Ver. RICARDO NUNES (PMDB); Ver. GOULART (PSD); Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	Votação			
			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-	
DISPÕE SOBRE NORMAS GERAIS DO SERVIÇO FUNERÁRIO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.					
Relator: Ver. JAIR TATTO (PT)					
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: dispõe sobre normas gerais do serviço funerário no âmbito do Município de São Paulo. No ato de cessão de terreno em quadra geral para sepultamento, o responsável deverá ser questionado com antecedência, por escrito, se autoriza a cremação dos despojos após o decurso de prazo de três anos. Em caso de exumação do corpo e colocação dos despojos em ossário, o responsável será questionado com antecedência, por escrito, se autoriza a doação dos despojos para pesquisa científica após o decurso do prazo de cinco anos, desde que haja interesse. Caso não haja interesse na doação de ossos do ossário, decorrido o prazo de cinco anos de sua colocação no ossário, o responsável autorizará a sua cremação, por escrito, no momento da exumação. As disposições antecedentes não são válidas para os casos de mortes violentas, caso em que os despojos permanecerão separados em arca específica e à disposição da Justiça pelo prazo de quinze anos. Decorrido o prazo de quinze anos, a família autorizará a cremação, por escrito, no momento do sepultamento.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 38 a 40).

Comissão de Administração Pública: parecer favorável (fls. 41 e 42).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: solicitou informações ao Executivo (fl. 43) com respostas nas fls 46 a 66

-“Considerando que a referida lei trata diretrizes com possibilidade de organizar os procedimentos cemiteriais, julgamos que será pertinente ao poder público e a municipalidade, uma vez que o munícipe saberá no ato da contratação quanto tempo o falecido ficará sepultado no cemitério municipal de quadra geral, após o prazo vencido e exumado, os despojos serão encaminhados para ossário geral ou caso a família opte pela cremação ou ossário de concessão (ossário de parede).” – Departamento de Cemitérios – Serviço Funerário do Município de São Paulo (fl. 46).

-“(…) para ampliar a capacidade de operação do Crematório, no sentido de atender a demanda de maneira satisfatória, precisaremos adquirir 02 fornos e para a instalação dos mesmos ampliar a área do Crematório em 100m² e para tanto prevemos um gasto de aproximado de:

(1) – 02 fornos valor US\$ 720.000,00m sendo valor do cambio atual de R\$ 2,40/US\$, o valor dos fornos seria de R\$ 1.730.000,00.

(2) – ampliação do Crematório em 100m², tendo por base a tabela de custos unitários PINI de Edificações (R\$/m²) mês de referência novembro/13, teríamos o valor para construção de Galpão Industrial em São Paulo no valor global de R\$/m² 1.1176,62, logo a ampliação de 100m² teríamos o valor aproximado de R\$ 1.176,62 x 100m² = R\$ 117.662,00.

Portanto, o valor total aproximado de investimento seria de: R\$ 117.662,00 + R\$ 1.730.000,00 = R\$ 1.847.662,00” – Divisão Técnica de Aprovação e Fiscalização – Serviço Funerário do Município de São Paulo (fl. 56).

- “Com finalidade a instruir, fica evidenciado com base nos balanços financeiros dos últimos 3 (três) exercício 2011, 2012 e 2013, que anexamos, o acréscimo de despesas pretendido poderá afetar o resultado econômico e fiscal da Autarquia, visto a incompatibilidade existentes entre a geração de despesas e a origem dos recursos em decorrência dos Déficits Financeiros apresentados” – Seção Técnica de Custos – Serviço Funerário do Município de São Paulo (fl. 62).

- “... (o) referido projeto não irá acelerar a liberação do espaço apenas em quadras gerais dos cemitérios municipais e quanto ao aspecto econômico-financeiro o acréscimo de despesas poderá afetar o resultado econômico e fiscal da Autarquia.” – Chefe de Gabinete – Secretaria Municipal de Serviços (fl.66)

Por fim, a Comissão exarou parecer **favorável** (fls. 67 e 68)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Conforme manifestação da autarquia, o projeto implica despesa ao erário público referente à compra e

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 31ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 02/12/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

instalação de dois novos fornos. Além disso, implica despesa obrigatória de caráter continuado relativo à manutenção desses fornos.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, "e", do Regimento Interno.

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economista
Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economista

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE**
O PROJETO DE LEI Nº 304/2013

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres vereadores Goulart e José Police Neto, visa dispor sobre normas gerais do serviço funerário no âmbito do Município de São Paulo. No ato de cessão de terreno em quadra geral para sepultamento, o responsável deverá ser questionado com antecedência, por escrito, se autoriza a cremação dos despojos após o decurso de prazo de três anos. Em caso de exumação do corpo e colocação dos despojos em ossário, o responsável será questionado com antecedência, por escrito, se autoriza a doação dos despojos para pesquisa científica após o decurso do prazo de cinco anos, desde que haja interesse. Caso não haja interesse na doação de ossos do ossário, decorrido o prazo de cinco anos de sua colocação no ossário, o responsável autorizará a sua cremação, por escrito, no momento da exumação. As disposições antecedentes não são válidas para os casos de mortes violentas, caso em que os despojos permanecerão separados em arca específica e à disposição da Justiça pelo prazo de quinze anos. Decorrido o prazo de quinze anos, a família autorizará a cremação, por escrito, no momento do sepultamento.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

4) PL 67/2014	Ver. LAÉRCIO BENKO (PHS)	Votação			
INSTITUI MEDIDAS PARA A MELHORIA DO ENSINO MUNICIPAL COM A PROGRAMAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB)		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 31ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 02/12/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

--	--

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

Adiado por 1 (uma) sessão em 25/11/2015 a pedido do Ver. Paulo Fiorilo.

ASSUNTO: institui, no Município de São Paulo, semana de projetos educacionais com o tema “Constituição Brasileira”, a ser realizada na semana do dia nove de julho, envolvendo a comunidade de pais, alunos e professores das escolas públicas municipais de São Paulo.

De acordo com a propositura, os projetos educacionais relacionados com a Constituição Brasileira poderão ser apresentados e organizados na forma de debates; palestras; leituras e interpretações sobre o assunto (livros, jornais, reportagens, trechos da Constituição, charges, pinturas, entre outros materiais relacionados à revolução constitucionalista e/ou Constituição); vídeos e filmagens sobre o assunto; outras atividades elaboradas pela instituição de ensino.

O projeto determina ainda que os projetos e eventos comemorativos oriundos desta semana de estudos farão parte do conteúdo anual de ensino, e que a instituição de ensino adaptará o cronograma para a realização desse evento.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 39-41).

Comissão de Administração Pública: realizou audiência pública em 25/06/14 (fls. 42-44, menção ao projeto a fls. 43-44, consistindo em manifestação de munícipe que sugere que a participação seja estendida à comunidade do entorno da escola).

A Comissão exarou parecer favorável (fls. 45).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: realizou audiência pública em 15/10/2014 (fls. 46-47, menção ao projeto a fls. 47, sem manifestações).

A Comissão exarou parecer favorável (fls. 48-49), com substitutivo que altera a determinação de realizar as atividades na semana de 9 de julho, uma vez que se trata de período de recesso escolar, e retira do texto da propositura disposições onde há determinação de atividade educacional para escolas, por considerar que isto fere a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.394/1996), quando em seu o Art. 15 estabelece que “os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público”.

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

A propositura implica despesas de caráter continuado, relativas à implementação da semana de projetos educacionais de que trata o texto. Para avaliar quantitativamente estas despesas, sugere-se quesitos ao Executivo.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 31ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 02/12/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno.

Elaboração: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo – Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 67/2014

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Laércio Benko, visa instituir, no Município de São Paulo, semana de projetos educacionais com o tema “Constituição Brasileira”, a ser realizada na semana do dia nove de julho, envolvendo a comunidade de pais, alunos e professores das escolas públicas municipais de São Paulo.

De acordo com a propositura, os projetos educacionais relacionados com a Constituição Brasileira poderão ser apresentados e organizados na forma de debates; palestras; leituras e interpretações sobre o assunto (livros, jornais, reportagens, trechos da Constituição, charges, pinturas, entre outros materiais relacionados à revolução constitucionalista e/ou Constituição); vídeos e filmagens sobre o assunto; outras atividades elaboradas pela instituição de ensino.

O projeto determina ainda que os projetos e eventos comemorativos oriundos desta semana de estudos farão parte do conteúdo anual de ensino, e que a instituição de ensino adaptará o cronograma para a realização desse evento.

Em seu parecer, a douta Comissão de Educação, Cultura e Esportes apresentou substitutivo que altera a determinação de realizar as atividades na semana de 9 de julho, uma vez que se trata de período de recesso escolar, e retira do texto da propositura disposições onde há determinação de atividade educacional para escolas, por considerar que isto fere a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.394/1996), quando em seu o Art. 15 estabelece que “os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, nos termos do substitutivo mencionado, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável ao substitutivo da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, portanto, é o parecer.
Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 31ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 02/12/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Projetos de Deliberação das Comissões

5) PL 416/2013	Ver. CORONEL TELHADA (PSDB); Ver. CLAUDINHO DE SOUZA (PSDB); Ver. TONINHO PAIVA (PR); Ver. MARQUITO (PTB)	Votação			
DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS ESTABELECIMENTOS DE LAZER COM FUNCIONAMENTO NOTURNO E ENTRETENIMENTO MUSICAL A DISPONIBILIZAREM 30% (TRINTA POR CENTO) DE SEU HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO PARA EXIBIÇÃO DE MÚSICA AO VIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Relator: Ver. OTA (PROS)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 1 (uma) sessão em 25/11/2015 a pedido do Ver. Ricardo Nunes.

ASSUNTO: obriga os estabelecimentos de lazer com funcionamento noturno e entretenimento musical a disponibilizarem 30% (trinta por cento) de seu horário de funcionamento para exibição de música ao vivo. Segundo a justificativa, “o que se pretende é estimular a atividade dos artistas, determinando que apenas uma parte da programação dos bares noturnos seja consubstanciada em shows ao vivo.”

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 25-26)

Comissão de Trânsito, Transporte, Turismo, Atividade Econômica, Lazer e Gastronomia: apresentou substitutivo, acordado com o nobre Vereador autor do projeto, com o intuito de possibilitar a inclusão na propositura de todos estabelecimentos comerciais e de lazer independentemente do horário de funcionamento, diurno, vespertino ou noturno, com entretenimento musical (fls. 27-29)

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: o Vereador autor da propositura requereu a esta Comissão que apresente substitutivo, que excetua da obrigação as discotecas, danceterias e boates em razão de executarem música eletrônica (fls. 36-39). A Comissão aprovou tal substitutivo. (fls. 42-43)

Comissão de Finanças e Orçamento: foram solicitadas informações ao Executivo (fl. 44) com respostas nas fls. 47 a 52:

- “a exigência estabelecida no PL nº 416/13, poderá causar desestímulo a atividade, por causar despesas extraordinárias não só com a contratação da música ao vivo, como também com o necessário isolamento acústico do estabelecimento, de forma a atender os parâmetros de incomodidade. Portanto, quanto à fiscalização dos fins pretendidos no PL, entendemos que a

avaliação do conteúdo artístico ou cultural, bem como cálculos percentuais, quanto ao tempo utilizado em eventos musicais, ou, até mesmo, eventual auditoria em possíveis contratos entre particulares, não se coaduna com as atribuições dos Agentes Vistores, lotados nas Subprefeituras.” – Supervisão Geral de Uso e Ocupação do Solo – Secretaria de Coordenação das Subprefeituras (fls. 48).

- “O Projeto ao estabelecer a imposição de fiscalização e aplicação de penalidades interfere nas atividades próprias do Executivo, atinentes ao planejamento, regulação e gerenciamento dos serviços locais, o que implica na geração de despesa, sem a indicação de recursos correspondentes ao orçamento. Observa que a fiscalização proposta, conforme esclarecido por SGUOS, sequer está fixada na competência dos agentes vistores. Assim, PL encontra-se inserida no âmbito da iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo Municipal” – Assessoria Técnica de Assuntos Jurídicos – Secretaria de Coordenação das Subprefeituras (fls. 50/51).
- “a medida não se limita a apoiar ou incentivar a valorização e difusão das manifestações culturais, nos termos do artigo 215 da CF, mas estabelece limitação indevida ao exercício de atividade tipicamente privada, violando os princípios da livre iniciativa e da livre concorrência” – Assessoria Técnica de Assuntos Jurídicos – Secretaria de Coordenação das Subprefeituras (fl. 51).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado com **fiscalização**, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno:

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo – Economia

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE**
O PROJETO DE LEI Nº 416/2013

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Coronel Telhada, Claudinho de Souza, Marquito e Toninho Paiva, visa obrigar os estabelecimentos de lazer com funcionamento noturno e entretenimento musical a disponibilizarem 30% (trinta por cento) de seu horário de funcionamento para exibição de música ao vivo. Segundo a justificativa, “o que se pretende é estimular a atividade dos artistas determinando que apenas uma parte da programação dos bares noturnos seja consubstanciada em shows ao vivo.”

A egrégia Comissão de Trânsito, Transporte, Turismo, Atividade Econômica, Lazer e Gastronomia apresentou substitutivo, acordado com o nobre Vereador autor do projeto, com o intuito de possibilitar a inclusão na propositura de todos estabelecimentos comerciais e de lazer independentemente do horário de funcionamento, diurno, vespertino ou noturno, com entretenimento musical.

A colenda Comissão de Educação, Cultura e Esportes apresentou substitutivo, que excetua da

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 31ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 02/12/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

obrigação as discotecas, danceterias e boates em razão de executarem música eletrônica, atendendo a requerimento do nobre Vereador autor.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Educação, Cultura e Esportes.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

6) PL 585/2013	Ver. GILSON BARRETO (PSDB); Ver. PATRÍCIA BEZERRA (PSDB); Ver. EDUARDO TUMA (PSDB); Ver. CORONEL TELHADA (PSDB); Ver. AURELIO NOMURA (PSDB); Ver. CLAUDINHO DE SOUZA (PSDB)	Votação			
			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.		
DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA CARROCERIA METÁLICA MODELO "GAIOLA" EM CASO DE TRANSPORTE DE BOTIJÃO E CILINDRO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO QUANDO TRANSPORTADOS EM VIAS PÚBLICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.					
Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB)					
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

Adiado por 1 (uma) sessão em 25/11/2015 a pedido do Ver. Ricardo Nunes.

ASSUNTO: dispõe sobre a obrigatoriedade de uso de carroceria metálica modelo "gaiola" para transporte de botijão e/ou cilindro de gás liquefeito de petróleo, com o objetivo de obter ganhos de segurança. A propositura define "botijão" e "cilindro de gás" em termos que especifica, estabelece parâmetros que especifica para as carrocerias metálicas acima citadas e determina multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), dobrada em caso de reincidência, a eventuais infratores.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 77-79).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: favorável (fls. 80).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: favorável (fls. 82-83).

Comissão de Finanças e Orçamento: Solicitadas informações ao Executivo (fls. 84), com resposta a fls. 86/98:

- "... cabe a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, legislar sobre o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos. Nesse sentido, a ANTT publicou a Resolução nº 420/2004 que aprova as

instruções complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos...” CET – Departamento de Transportes Especiais (fls. 87);

- “... a obrigatoriedade de carroceria metálica “gaiola” em caso de transporte de botijão e cilindro de gás liquefeito de petróleo, só na cidade de São Paulo, causará transtornos para os veículos de outros Estados e Municípios que circulam em São Paulo, apenas de passagem ou abastecendo as Centrais de Distribuição do produto em pauta” CET – DO/Assessoria de Fiscalização (fls. 89);

- “... pela manutenção do veto ao Projeto...” Secretaria Municipal de Transportes – Chefia de Gabinete (fls. 98).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, relativas à fiscalização da observância de suas disposições, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto/Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 585/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Coronel Telhada, Aurélio Nomura, Claudinho de Souza, Eduardo Tuma, Gilson Barreto e Patrícia Bezerra, visa dispor sobre a obrigatoriedade de uso de carroceria metálica modelo “gaiola” para transporte de botijão e/ou cilindro de gás liquefeito de petróleo, com o objetivo de obter ganhos de segurança.

A propositura define “botijão” e “cilindro de gás” em termos que especifica, estabelece parâmetros que também especifica para as carrocerias metálicas acima citadas e determina multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), dobrada em caso de reincidência, a eventuais infratores de suas disposições.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor ao projeto, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 31ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 02/12/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

7) PL 636/2013	Ver. SANDRA TADEU (DEMOCRATAS)	Votação			
DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE AVISOS DE SEGURANÇA EM ESCADAS ROLANTES, DE QUALQUER ESTABELECIMENTO COM CIRCULAÇÃO DE PÚBLICO NA CIDADE DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. JAIR TATTO (PT) Parecer: FAVORAVEL			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: dispõe sobre a instalação de avisos de segurança em escadas rolantes de qualquer estabelecimento com circulação de público na Cidade de São Paulo.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 18/19).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: realizou duas audiências públicas (fls. 20/23 – menção do PL a fls. 20-verso – e fls. 24/26 – menção a fls. 25).

Essa Comissão exarou parecer favorável (fls. 27).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: parecer favorável (fls. 28/29).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: parecer favorável (fls. 30).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas geradas pela propositura referem-se à fiscalização, as quais, em tese, são normalmente previstas.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 636/2013

O presente projeto de lei, de autoria da nobre Vereadora Sandra Tadeu, visa dispor sobre a instalação de avisos de segurança em escadas rolantes de qualquer estabelecimento com circulação de público na Cidade de São Paulo.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 31ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 02/12/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

8) PL 800/2013	Ver. DAVID SOARES (PSD)	Votação			
DETERMINA QUE TODOS OS ALIMENTOS INDUSTRIALIZADOS DEVEM CONTER O PERCENTUAL DE SÓDIO. Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB) Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: Determina que todos os alimentos industrializados e processados devem conter em suas embalagens o percentual de sódio de cada alimento.

Entende-se como alimento com quantidade elevada de sódio aquele que possui em sua composição uma quantidade igual ou superior a 400 mg de sódio por 100 g ou 100 ml na forma como está exposto à venda.

Na oferta, propaganda, publicidade e outras práticas cujo objetivo seja a promoção comercial dos alimentos com quantidade elevada de sódio, deverá conter o aviso que se consumido em grande quantidade, aumenta o risco de pressão alta e de doenças do coração.

Em casos de descumprimento desta propositura, sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação em vigor, a empresa infratora fica sujeita também às seguintes penalidades:

I - multa de 5.000,00 (cinco mil reais) por cada ocorrência, dobrando-se sucessivamente em caso de reincidência;

II - apreensão do produto, na hipótese de não regularização dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação.

Considera-se ocorrência:

I - a reclamação do consumidor ou interessado perante o estabelecimento que comercializa o produto;

II - a lavratura de auto de infração pelo agente competente;

III - a comunicação da infração realizada diretamente ao PROCON, à autoridade policial ou à Promotoria do Consumidor do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade, com substitutivo "para adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa, bem com fixar um teto máximo para a pena pecuniária originariamente prevista em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por cada ocorrência/reclamação do consumidor. Dessa forma, sem embargo de adequações que as D. Comissões de Mérito entendam pertinentes, optou-se, nesta oportunidade de fixar o teto máximo da multa pecuniária em 2% (dois por cento) do faturamento bruto da empresa." (fls. 51-54)

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: Favorável, nos termos do projeto original (fls. 55-56)

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: Realizou audiência pública, em 25/3/15. Não teve oradores inscritos (fl. 58) e em 15/4/15 (fl. 63), com manifestação da Sra. Vera Lúcia, assessora parlamentar jurídica do Vereador David Soares.

Parecer Favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Em avaliação preliminar, a ser confirmada por informações adicionais, que sugerimos solicitar ao Executivo, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, de fiscalização, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, "e", do Regimento Interno.

Elaboração: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo – Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 800/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador David Soares, visa determinar que todos os alimentos industrializados e processados contenham em suas embalagens o percentual de sódio de cada alimento.

Entende-se como alimento com quantidade elevada de sódio aquele que possui em sua composição uma quantidade igual ou superior a 400 mg de sódio por 100 g ou 100 ml na forma como está exposto à venda.

Na oferta, propaganda, publicidade e outras práticas cujo objetivo seja a promoção comercial dos alimentos com quantidade elevada de sódio, deverá conter o aviso de que se consumido em grande quantidade, aumenta o risco de pressão alta e de doenças do coração.

Em casos de descumprimento desta propositura, sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação em vigor, a empresa infratora ficaria sujeita também às seguintes penalidades:

I - multa de 5.000,00 (cinco mil reais) por ocorrência, dobrando-se sucessivamente em caso de reincidência;

II - apreensão do produto, na hipótese de não regularização dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação.

Considera-se ocorrência:

I - a reclamação do consumidor ou interessado perante o estabelecimento que comercializa o produto;

II - a lavratura de auto de infração pelo agente competente;

III - a comunicação da infração realizada diretamente ao PROCON, à autoridade policial ou à Promotoria do Consumidor do Ministério Público do Estado de São Paulo.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade, com substitutivo "para adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa, bem com fixar um teto máximo para a pena pecuniária originariamente prevista em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por cada ocorrência/reclamação do consumidor. Dessa forma, sem embargo de adequações que as D. Comissões de Mérito entendam pertinentes, optou-se, nesta oportunidade de fixar o teto máximo da multa

pecuniária em 2% (dois por cento) do faturamento bruto da empresa”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer. Contudo, sugerimos o seguinte substitutivo baseado no texto original para excluir os termos “cada” e “sucessivamente” do inciso I do art. 5º:

SUBSTITUTIVO Nº AO PROJETO DE LEI Nº 800/13

Determina que as embalagens de todos os alimentos industrializados devam conter o seu percentual de sódio, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo D E C R E T A:

Art. 1º As embalagens de todos os alimentos industrializados e processados devem conter o percentual de sódio de cada alimento.

§ 1º Esta informação deve ser fornecida de forma clara e prática, em língua portuguesa, juntamente com as demais informações nutricionais de cada alimento e em percentual de mg (miligrama) por porção ingerida.

§ 2º Entende-se como alimento com quantidade elevada de sódio aquele que possuir em sua composição uma quantidade igual ou superior a 400 mg de sódio por 100 g ou **por** 100 ml na forma como está exposto à venda.

Art. 2º Para os efeitos desta lei, as embalagens dos respectivos produtos que forem distribuídos como amostra grátis também deverão obedecer ao mesmo padrão de informação ao consumidor.

Art. 3º As embalagens dos produtos referidos no caput do artigo 1º não poderão conter indicações, designações, denominações, símbolos, figuras ou desenhos que possibilitem interpretação falsa, erro e confusão quanto à origem, à procedência, à natureza, à qualidade, à composição ou que atribuam características nutritivas superiores àquelas que realmente possuem.

Art. 4º A oferta, propaganda, publicidade e outras práticas cujo objetivo seja a promoção comercial dos alimentos com quantidade elevada de sódio deverão conter o aviso de que, se consumidos em grande quantidade, aumenta o risco de pressão alta e de doenças do coração.

Art. 5º O descumprimento desta lei, sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação em vigor, sujeita a empresa infratora também às seguintes penalidades:

I - multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por ocorrência, **dobrada** na reincidência;

II - apreensão do produto, na hipótese de não regularização dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação;

Parágrafo único. Para os efeitos do disposto neste artigo, considera-se ocorrência:

I - a reclamação do consumidor ou interessado perante o estabelecimento que comercializa o produto;

II - a lavratura de auto de infração pelo agente competente;

III - a comunicação da infração realizada diretamente ao PROCON, à autoridade policial ou à Promotoria do Consumidor do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Art. 6º O Executivo regulamentará esta lei, no que couber, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 31ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 02/12/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

9) PL 854/2013	Ver. GILSON BARRETO (PSDB); Ver. PATRÍCIA BEZERRA (PSDB); Ver. EDUARDO TUMA (PSDB); Ver. CORONEL TELHADA (PSDB); Ver. AURELIO NOMURA (PSDB); Ver. CLAUDINHO DE SOUZA (PSDB)	Votação			
			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-		
DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE LEITOR ÓTICO PARA CONFERÊNCIA DE LANÇAMENTO DE CONSUMO NO ÂMBITO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS SITUADOS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.					
Relator: Ver. JAIR TATTO (PT)					
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: obriga os estabelecimentos comerciais que utilizem comanda eletrônica de consumo ou similares disponibilizar leitor ótico para conferência de lançamento de consumo no âmbito dos estabelecimentos comerciais situados no Município de São Paulo.

Pelo § 1º do art. 2º, deverá ser instalado um leitor ótico na entrada do estabelecimento para que os consumidores certifiquem-se de que não há lançamento anterior na comanda, e outro na saída, próximo ao caixa, para fins de conferência do lançamento de consumo antes do pagamento. O § 2º desse mesmo artigo estabelece que, em caso de estabelecimentos comerciais dotados de vários pavimentos, em cada um deles deverá ser disponibilizado ao menos um leitor ótico para consulta.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 28/30).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: parecer favorável (fls. 31/32).

Comissão de Finanças e Orçamento:

Solicitadas informações ao Executivo (fls. 34), com resposta a fls. 36/53:

- "... Verifica-se que o texto legal não deixa evidente a caracterização da infração, impossibilitando a determinação da penalidade.

O PL prevê a aplicação de sanções aos infratores pela não observância ao disposto, entretanto, cabe considerar o comprometimento da ação da fiscalização com relação à execução das multas, no que se refere à reincidência prevista no art. 4º. A propositura não define a reincidência, uma vez que não estão explícitas as condições e prazos, fatores essenciais para pronta atuação do agente fiscal.

Ademais, a multa proposta pelo PL pode ser considerada expressiva se comparada ao valor da multa estabelecida para a ausência da licença de funcionamento, infração grave, cujo os valores variam entre R\$ 500,00 (quinhentos reais) até R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais)...” – Supervisão Geral de Uso e Ocupação do Solo – Secretaria de Coordenação das Subprefeituras (fls. 37);

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 31ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 02/12/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

- "... não se pode deixar de constatar a ingerência injustificada do Município na atividade comercial, uma vez que impõe aos estabelecimentos a obrigação de instalar aparelhos ópticos de leitura das comandas eletrônicas, incrementando suas despesas, as quais acabarão por onerar os comerciantes que, provavelmente serão obrigados a repassar tais custos aos consumidores, prejudicando-os sobremaneira, como elo mais frágil da cadeia produtiva..." Assessoria Técnica de Assuntos Jurídicos - Secretaria de Coordenação das Subprefeituras (fls. 41);

- "... entendemos que a fiscalização do interior teor deste PL enquadra-se dentre as atribuições dos agentes fiscalizadores das Subprefeituras. Sendo assim, a nova atribuição será absorvida pelo quadro funcional e com os recursos materiais já existentes..." – Supervisão Geral de Uso e Ocupação do Solo – Secretaria de Coordenação das Subprefeituras (fls. 46).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Tendo em vista as informações de fls. 46, não haveria custos adicionais.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**
PROJETO DE LEI Nº 854/2013

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Andrea Matarazzo, Aurélio Nomura, Claudinho de Souza, Coronel Telhada, Eduardo Tuma, Gilson Barreto e Patrícia Bezerra, visa obrigar os estabelecimentos comerciais situados no Município de São Paulo que utilizem comanda eletrônica de consumo ou similares a disponibilizar leitor ótico para conferência de lançamento de consumo.

Pelo § 1º do art. 2º da propositura, deverá ser instalado um leitor ótico na entrada do estabelecimento para que os consumidores certifiquem-se de que não há lançamento anterior na comanda, e outro na saída, próximo ao caixa, para fins de conferência do lançamento de consumo antes do pagamento. O § 2º desse mesmo artigo estabelece que, em caso de estabelecimentos comerciais dotados de vários pavimentos, em cada um deles deverá ser disponibilizado ao menos um leitor ótico para consulta.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

10) PL 3/2014	Ver. GOULART (PSD)	Votação			
ALTERA A LEI Nº 14.485, DE 19 DE JULHO DE 2007, PARA INCLUIR NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DA CIDADE DE SÃO PAULO A SP-ARTE FEIRA INTERNACIONAL DE ARTE DE SÃO PAULO, ANUALMENTE NO MÊS DE ABRIL.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

--	--

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 1 (uma) sessão em 25/11/2015 a pedido do Ver. Ricardo Nunes.

ASSUNTO: altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, que consolida a legislação municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados do Município de São Paulo, para incluir no Calendário Oficial de Eventos da Cidade de São Paulo a SP-Arte Feira Internacional de Arte de São Paulo — evento que busca fomentar o mercado de arte brasileiro, ressaltar a Cidade de São Paulo no circuito internacional de artes, e reforçar o trânsito cultural entre São Paulo e o Mundo — a ser comemorada anualmente no mês de abril.

A propositura também prevê que os organizadores da SP-Arte deverão solicitar autorização do Poder Público Municipal, na eventual necessidade de utilização de logradouros ou espaços públicos.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade, na forma de “Substitutivo, que visa adequar o projeto à técnica legislativa” (fls. 39 e 40).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 41).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto, caso aprovado, implicará despesas que já foram previstas.

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo – Economia

Revisão: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo – Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 3/2014

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Goulart, visa alterar a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, que consolida a legislação municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados do Município de São Paulo, para incluir no Calendário Oficial de Eventos da Cidade de São Paulo a SP-Arte Feira Internacional de Arte de São Paulo — evento que busca fomentar o mercado de arte brasileiro, ressaltar a Cidade de São Paulo no circuito internacional de artes, e reforçar o trânsito cultural entre São Paulo e o Mundo — a ser comemorada anualmente no mês de abril.

A propositura também prevê que os organizadores da SP-Arte deverão solicitar autorização do Poder Público Municipal, na eventual necessidade de utilização de logradouros ou espaços públicos.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade, na forma de substitutivo que visa adequar o projeto à técnica legislativa.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 31ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 02/12/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Favorável, portanto, ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, é o parecer.
Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

11) PL 143/2014	Ver. ORLANDO SILVA (PC DO B); Ver. ARI FRIEDENBACH (PROS)	Votação			
DENOMINA CICLOPASSARELA WALTER TORRE, SUBPREFEITURA DE PINHEIROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (LOCALIZADO SOBRE A AV. MARGINAL PINHEIROS E SOBRE A VIA FÉRREA, A QUAL ACHA-SE INSERIDA NAS OBRAS VIÁRIAS DO COMPLEXO COMERCIAL JK)	Relator: Ver. OTA (PROS)		Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COM. POLÍTICA URBANA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.
Adiado por 2 (duas) sessões em 28/10/2015 a pedido do Ver. Milton Leite.
Adiado por 1 (uma) sessão em 25/11/2015 a pedido do Ver. Ricardo Nunes.

ASSUNTO: denomina Ciclopasseira Walter Torre a passarela para ciclistas sobre a Avenida Marginal Pinheiros e sobre a via férrea, a qual acha-se inserida nas obras viárias do Complexo Comercial JK, Subprefeitura de Pinheiros.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: solicitou quesitos ao Executivo (fl.28), com resposta a fls. 29/34. **Manifestação da Secretaria Municipal de Licenciamento:** "(...) De acordo com a indicação fornecida por SIURB em folhas 30 deste, fornecemos para o Projeto de Lei nº 0143/14 o seguinte texto: "Fica denominada Ciclopasseira Walter Torre a passarela para ciclistas que interliga a Ciclovia da Avenida das Nações Unidas ao Parque Municipal Mário Pimenta Camargo, passando sobre a via férrea (setor 299 – quadra 143), no Distrito do Itaim Bibi, Subprefeitura de Pinheiros" (fl.31). A Comissão exarou parecer pela **legalidade**, com apresentação de substitutivo, visando "unicamente ajustar a descrição do logradouro, nos termos propostos pelo Executivo" (fls.35/36).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: favorável, com apresentação de substitutivo ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, visando "incluir o nome completo do homenageado, de acordo com o constante em sua certidão de óbito" [a denominação seria "Ciclopasseira Walter Caetano Ferreira Torre"] (fls.37/38).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: parecer **contrário**, ressaltando que "Coincidentemente, o nome do homenageado se confunde com o da empresa WTorre, e, portanto, denominar um espaço público com o seu nome irá, inevitavelmente, relacionar a ciclopasseira à tal empresa, constituindo-se em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 31ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 02/12/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

uma propaganda indevida de um agente privado em um bem público oficial" (fl.39). Há voto vencido do relator favorável (fl.40).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Emerson Rildo Araújo de Carvalho - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo – Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 143/2014

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobres Vereadores Orlando Silva e Ari Friendebach, visa denominar Ciclopasseira Walter Torre a passarela para ciclistas que interliga a Ciclovia da Avenida das Nações Unidas ao Parque Municipal Mário Pimenta Camargo, passando sobre a via férrea, no Distrito do Itaim Bibi, Subprefeitura de Pinheiros.

A douta comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo visando ajustar a descrição do logradouro nos termos propostos pelo Executivo.

A colenda Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente apresentou substitutivo ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, objetivando "incluir o nome completo do homenageado, de acordo com o constante em sua certidão de óbito".

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

12) PL 301/2014	Ver. CALVO (PMDB)	Votação			
DISPÕE SOBRE A NOMINAÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO DO TIPO TRAVESSA, ANTES INOMINADO, LOCALIZADO NO BAIRRO SÍTIO MORRO GRANDE/VILA BRASILÂNCIA, ZONA NORTE DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, NAS CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. JAIR TATTO (PT)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 31ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 02/12/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

ASSUNTO: denomina Travessa LUIZ MANOEL DAS NEVES, o logradouro público, antes inominado, do tipo travessa, situado na altura do nº 7495 da Avenida Elísio Teixeira Leite, Bairro Sítio Morro Grande/Vila Brasilândia, Subprefeitura Pirituba Jaraguá.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: solicitou informações relativas a situação, localização e denominação do referido logradouro ao Executivo (fl.32), com respostas às folhas 33/35. Exarou parecer pela legalidade, com apresentação de substitutivo visando “adequar a descrição do logradouro à descrição fornecida pelo Executivo” (fls. 36/37)

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl.38)

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl.39)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi – Consultora Técnica Legislativa – Economia

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**
PROJETO DE LEI Nº 301/2014

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Calvo, visa denominar Travessa Luiz Manoel das Neves o logradouro público inominado, situado na altura do nº 7495 da Avenida Elísio Teixeira Leite, Distrito do Jaraguá, Subprefeitura Pirituba Jaraguá.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade, com apresentação de substitutivo visando “adequar a descrição do logradouro à descrição fornecida pelo Executivo”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

13) PL 331/2014	Ver. EDUARDO TUMA (PSDB)	Votação			
DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS EM DISPONIBILIZAR AGENTES DE SEGURANÇA PRIVADA JUNTO AOS TERMINAIS DE CAIXAS ELETRÔNICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-	-
	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-	-
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-	-
	Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-	-
	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-	-
	Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-	-
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA	Ver. OTA (PROS)	-	-	-	-
	Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-	-
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-	-

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 31ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 02/12/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

--	--

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 1 (uma) sessão em 25/11/2015 a pedido do Ver. Ricardo Nunes.

ASSUNTO: dispõe sobre a obrigatoriedade das agências bancárias em disponibilizar agentes de segurança privada junto aos terminais de caixas eletrônicos.

O art. 1º institui a obrigatoriedade da manutenção nos serviços de segurança privada das agências bancárias, através de implantação de cabine blindada com permanência ininterrupta de vigilante, junto a terminais de caixas eletrônicos, localizados no interior do estabelecimento, no período em que há disponibilidade para o público realizar suas transações financeiras.

Pelo art. 2º, a obrigatoriedade em manter o serviço de segurança privada inclui o período noturno, finais de semana e feriados.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela constitucionalidade e legalidade (fls. 22/24), com apresentação de substitutivo “para adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa, fixando o valor da multa em reais tendo em vista a extinção da UFM em 01/01/96” (fls. 23).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 25).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 26).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas seriam relacionadas à fiscalização. Em avaliação preliminar, a ser confirmada por informações adicionais, inclusive provenientes do Executivo, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, incluindo despesas com pessoal, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas], art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias] e art. 21 [que estabelece ser nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda as exigências dos arts. 16 e 17 da LRF e o disposto no inciso XIII do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno.

Sugerimos envio de quesitos ao Executivo.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia
Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 331/2014

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Eduardo Tuma, visa dispor sobre a obrigatoriedade das agências bancárias em disponibilizar agentes de segurança privada junto aos terminais de caixas eletrônicos.

O art. 1º institui a obrigatoriedade de implantar e manter cabine blindada com permanência ininterrupta de vigilante junto a terminais de caixas eletrônicos localizados no interior do estabelecimento, no período em que há disponibilidade para o público realizar suas transações financeiras.

Pelo art. 2º, a obrigatoriedade em manter o serviço de segurança privada inclui o período noturno, finais de semana e feriados.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo “para adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa, fixando o valor da multa em reais tendo em vista a extinção da UFM em 01/01/96”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, nos termos do substitutivo mencionado, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

14) PL 420/2014	Ver. MARQUITO (PTB)	Votação			
DENOMINA O ESPAÇO PÚBLICO INOMINADO PRAÇA PASTOR ALONSO BELARMINO DE LIMA SITUADO NO DISTRITO DA SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (LOCALIZADA NA CONFLUÊNCIA DAS RUAS EVARISTO PEREIRA ESCORSA E ANTÔNIO NETO CALDEIRA COM A AVENIDA AGUIAR DA BEIRA, SITUADA NA VILA ANTONIETA).			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. JAIR TATTO (PT)					
Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: Denomina o espaço público inominado situado no Distrito da Saúde, na confluência das

Ruas Evaristo Pereira Escorsa e Antônio Neto Caldeira com a Avenida Aguiar da Beira, Vila Antonieta, como Praça Pastor Alonso Belarmino de Lima.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: (fls. 31-32) pela legalidade, com substitutivo que “visa unicamente ajustar a descrição do logradouro, nos termos propostos pelo Executivo às fls. 29 dos autos”.

Acrescenta ao texto: SETOR 116 – QUADRA 427, localizado no Distrito do Aricanduva, Subprefeitura Aricanduva/Formosa/Carrão.

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: Favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 33)

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: Favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 33)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, normalmente previstas. É necessário substitutivo para correção da palavra “Aricanduva” no substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Elaboração: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**
PROJETO DE LEI Nº 420/2014

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Marquito, visa denominar Praça Pastor Alonso Belarmino de Lima o espaço público inominado localizado na confluência das Ruas Evaristo Pereira Escorsa e Antônio Neto Caldeira com a Avenida Aguiar da Beira, Distrito do Aricanduva, Subprefeitura Aricanduva/Formosa/Carrão.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou parecer pela legalidade, com substitutivo que “visa unicamente ajustar a descrição do logradouro, nos termos propostos pelo Executivo às fls. 29 dos autos”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Contudo, a fim de corrigir a grafia da palavra “Aricanduva”, apresentamos o seguinte substitutivo:

SUBSTITUTIVO Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 420/2014

Denomina Praça Pastor Alonso Belarmino de Lima o espaço público inominado que especifica, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º Fica denominado Praça Pastor Alonso Belarmino de Lima o espaço público sem denominação, localizado na confluência das Ruas Evaristo Pereira Escorsa e Antônio Neto Caldeira com a Avenida Aguiar da Beira (setor 116-quadra 427), Distrito de Aricanduva, Subprefeitura Aricanduva/Formosa/Carrão.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 31ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 02/12/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

15) PL 431/2014	Ver. REIS (PT)	Votação			
DISPÕE SOBRE A OBRIGAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS EM EMITIR DOCUMENTOS IMPRESSOS EM BRAILLE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. OTA (PROS)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 1 (uma) sessão em 25/11/2015 a pedido do Ver. Ricardo Nunes.

ASSUNTO: dispõe sobre a obrigação das instituições financeiras em emitir documentos impressos como extratos, faturas, boletos, comprovantes, entre outros, na linguagem braille.

Segundo o parágrafo 2º, os documentos mencionados serão disponibilizados após solicitação do cliente deficiente visual ou de seu responsável legal. O paragrafo único deste artigo diz que o prazo de atendimento pelas pessoas jurídicas é de 30 (trinta) dias, após a solicitação.

A fiscalização e aplicação do disposto nesta Lei serão realizadas pelos órgãos públicos nos respectivos âmbitos de suas atribuições, segundo o art.4º.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade com apresentação de substitutivo a fim de “adequar o valor da multa prevista para o caso de descumprimento da norma, pois a Unidade Fiscal de Valor do Município de São Paulo – UFM, foi extinta em 01/01/96 por força da art. 5º da Lei Municipal nº 11.960/95, bem como para substituir a expressão deficiente visual por pessoa com deficiência visual, que é a terminologia tecnicamente mais adequada”. (fls. 94/98).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa. (fl. 99).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa. (fls. 101/102).

Comissão de Finanças e Orçamento: foram feitos quesitos ao Executivo (fl. 103) com resposta às folhas 105-115:

- “A conclusão da SGUOS (Supervisão Geral de Uso e Ocupação do Solo) (...) foi de que a constatação da infração ficaria na dependência de declarações das pessoas prejudicadas, ou então na apresentação de documentos pela Instituição Financeira, o que, no seu entendimento, seriam tênues as possibilidades aventadas” (fls. 109-110 - Secretaria de Coordenação das Subprefeituras).

- “(...) o impacto financeiro mais significativo gerado pela proposta repercutirá nas relações Instituições Financeiras/Clientes, na medida em que estes últimos certamente arcarão com os custos do novo serviço previsto. No âmbito da Administração Municipal, considerando que a nova demanda fiscalizatória, salvo melhor juízo, deverá ser absorvida pelas equipes existentes nas Subprefeituras (art. 4º do PL), não temos condições de mensurar eventual impacto financeiro-orçamentário gerado pelo projeto de lei em questão”. (fl. 111 – Secretaria de Coordenação das Subprefeituras).
- “(...) esta ATAJ é contrária ao Projeto de Lei em virtude das dificuldades apontadas pela SGUOS no tocante à sua fiscalização”. (fl. 111 - Secretaria de Coordenação das Subprefeituras).
- “(...) se considerarmos que a falta de licença de funcionamento é tida como uma infração mais grave, eis que impede o exercício da atividade como um todo, não se mostra proporcional que o valor da multa para o caso em tela seja de valor tão expressivo (fl. 113 - Secretaria de Coordenação das Subprefeituras).
- (...) a proposta em análise prevê a possibilidade de suspensão da licença de funcionamento da instituição financeira, nos termos constantes do artigo 3º. Também neste ponto, o PL ora analisado enseja dúvida quanto à razoabilidade e proporcionalidade da sanção nele prevista”. (fl. 114 - Secretaria de Coordenação das Subprefeituras).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

De acordo com manifestação da Secretaria de Coordenação das Subprefeituras, “a nova demanda fiscalizatória, salvo melhor juízo, deverá ser absorvida pelas equipes existentes nas Subprefeituras”.

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 431/2014

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Reis, visa dispor sobre a obrigação das instituições financeiras em emitir documentos impressos como extratos, faturas, boletos, comprovantes, entre outros, na linguagem braille.

Segundo o parágrafo 2º, os documentos mencionados serão disponibilizados após solicitação do cliente deficiente visual ou de seu responsável legal. O parágrafo único deste artigo diz que o prazo de atendimento pelas pessoas jurídicas é de 30 (trinta) dias, após a solicitação.

A fiscalização e aplicação do disposto nesta Lei serão realizadas pelos órgãos públicos nos respectivos âmbitos de suas atribuições, segundo o art.4º.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade com apresentação de substitutivo a fim de “adequar o valor da multa prevista para o caso de descumprimento da norma, pois a Unidade Fiscal de Valor do Município de São Paulo – UFM, foi extinta em 01/01/96 por força da art. 5º da Lei Municipal nº 11.960/95, bem como para substituir a expressão deficiente visual por pessoa com deficiência visual, que é a terminologia tecnicamente mais adequada”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 31ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 02/12/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

16) PL 443/2014	Ver. NOEMI NONATO (PROS)	Votação			
ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 14.485, DE 19 DE JULHO DE 2007, PARA INCLUIR NO CALENDÁRIO DE EVENTOS DA CIDADE DE SÃO PAULO, O DIA DA INDEPENDÊNCIA EM CRISTO, A SER COMEMORADO TODO DIA 07 (SETE) DO MÊS DE SETEMBRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB)		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: altera a Lei Municipal nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de eventos da Cidade de São Paulo, o Dia da Independência em Cristo, a ser comemorado todo dia 07 (sete) do mês de setembro.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade com apresentação de substitutivo “adaptando-o às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis” (fls. 08-09).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável com apresentação de substitutivo a fim de “adequar o projeto à sugestão do relator em concordância com a autora”.

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, já previstas.

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economista

Revisão: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo – Economista

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 443/2014

O presente projeto de lei, de autoria da nobre Vereadora Noemi Nonato, visa alterar a Lei Municipal nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de eventos da Cidade de São Paulo, o Dia da Independência em Cristo, a ser comemorado todo dia 07 (sete) do mês de setembro.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade com apresentação de substitutivo “adaptando-o às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis”.

A Comissão de Educação, Cultura e Esportes exarou parecer favorável com apresentação de

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 31ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 02/12/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

substitutivo a fim de “adequar o projeto à sugestão do relator em concordância com a autora”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Educação, Cultura e Esportes.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

17) PL 506/2014	Ver. NATALINI (PV)	Votação			
INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO O DIA DE LEMBRANÇA DA "NOITE DOS CRISTAIS" A SER REALIZADO ANUALMENTE NO DIA 09 DE NOVEMBRO.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
Relator: Ver. JAIR TATTO (PT)		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: inclui, no calendário oficial do Município de São Paulo, o Dia de Lembrança da "Noite dos Cristais", a ser realizado, anualmente, no dia 09 de novembro.

Conforme a justificativa da propositura, a “Noite dos Cristais”, ação que ocorreu em novembro de 1938, “constituiu para Hitler um balão de ensaio para verificar a reação mundial frente ao primeiro atentado físico aos judeus após ter assumido o poder”.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 9/10), com apresentação de substitutivo “a título de aperfeiçoamento do projeto de Lei em análise, adaptando-o às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998” (fls. 9).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 11).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 506/2014

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Natalini, visa incluir, no calendário oficial do

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 31ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 02/12/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Município de São Paulo, o Dia de Lembrança da "Noite dos Cristais", a ser realizado, anualmente, no dia 09 de novembro.

Conforme a justificativa da propositura, a "Noite dos Cristais", ação que ocorreu em novembro de 1938, "constituiu para Hitler um balão de ensaio para verificar a reação mundial frente ao primeiro atentado físico aos judeus após ter assumido o poder".

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo "a título de aperfeiçoamento do projeto de Lei em análise, adaptando-o às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998".

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do mencionado substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

18) PL 67/2015	Ver. RICARDO YOUNG (PPS)	Votação			
Inclui no Calendário Oficial do Município de São Paulo a mostra "Ecofalante" de cinema ambiental.	Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB)		Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: inclui, no Calendário Oficial do Município de São Paulo, a MOSTRA "ECOFALANTE" DE CINEMA AMBIENTAL, a ser realizada, anualmente, no mês de março.

Conforme a justificativa da propositura, a mencionada Mostra "ocorre anualmente na cidade de São Paulo com programação inteiramente gratuita, seguida de debates sobre as temáticas apresentadas".

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 10/11), com substitutivo "a fim de adaptar o texto às regras de técnica legislativa" (fls. 10).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 12)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**
PROJETO DE LEI Nº 67/2015

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 31ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 02/12/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Ricardo Young, visa incluir, no Calendário Oficial do Município de São Paulo, a MOSTRA "ECOFALANTE" DE CINEMA AMBIENTAL, a ser realizada, anualmente, no mês de março.

Conforme a justificativa da propositura, a mencionada Mostra "ocorre anualmente na cidade de São Paulo com programação inteiramente gratuita, seguida de debates sobre as temáticas apresentadas".

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo "a fim de adaptar o texto às regras de técnica legislativa".

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do mencionado substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

19) PL 71/2015	Ver. ARSELINO TATTO (PT)	Votação			
Denomina Josanias Castanha Braga, o Hospital Municipal de Parelheiros, localizado entre as Ruas Euzebio Coghi e Cacual, Subprefeitura de Parelheiros, São Paulo, SP	Relator: Ver. JAIR TATTO (PT)		Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: visa denominar Hospital Municipal Josanias Castanha Braga o Hospital Municipal de Parelheiros, localizado entre as ruas Euzebio Coghi e Cacual, Subprefeitura de Parelheiros, São Paulo.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade, com substitutivo para acolher a descrição fornecida pelo Executivo. (fls. 32-33)

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 34)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

Revisão: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**
PROJETO DE LEI Nº 71/2015

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 31ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 02/12/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Arselino Tatto, visa denominar Hospital Municipal Josanias Castanha Braga o Hospital Municipal de Parelheiros, localizado entre as ruas Euzebio Coghi e Cacual, Subprefeitura de Parelheiros.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou parecer pela legalidade, com substitutivo para acolher a descrição fornecida pelo Executivo.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

20) PL 194/2015	Ver. NETINHO DE PAULA (PDT)	Votação			
ALTERA A LEI 14.485, DE 19 DE JULHO DE 2007, PARA INCLUIR O DIA DO DJ, A SER COMEMORADO ANUALMENTE NO DIA 9 DE MARÇO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB)		Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: Altera a Lei 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir o Dia do DJ, a ser comemorado anualmente no dia 9 de março.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade, com substitutivo sugerido "a fim de adaptar o texto às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis."(fls. 8-9)

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: Favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 10)

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

Revisão: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo – Economia

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**
PROJETO DE LEI Nº 194/2015

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 31ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 02/12/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Netinho de Paula, visa alterar a Lei 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir o Dia do DJ, a ser comemorado, anualmente, no dia 9 de março.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou parecer pela legalidade, com substitutivo "a fim de adaptar o texto às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis".

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

21) PL 324/2015	Ver. AURÉLIO MIGUEL (PR)	Votação			
OBRIGA OS POSTOS DE SERVIÇOS E ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES A IDENTIFICAREM, EM CARTAZES, PLACAS, AVISOS LUMINOSOS OU SIMILARES, A RELAÇÃO COMPARATIVA DOS PREÇOS DO ÁLCOOL E DA GASOLINA, PARA INFORMAÇÃO DOS MOTORISTAS DE VEÍCULOS DE MOTOR TIPO "FLEX", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. JAIR TATTO (PT)					
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: obriga os postos de serviços e abastecimento de veículos automotores a identificarem, em cartazes, placas, avisos luminosos ou similares, a relação comparativa dos preços do álcool e da gasolina, para informação dos motoristas de veículos de motor tipo "flex".

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 29/31).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: favorável (fls. 32/33).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas relativas à fiscalização que, em tese, são normalmente orçadas.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 31ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 02/12/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia
Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 324/2015

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Aurélio Miguel, visa obriga os postos de serviços e abastecimento de veículos automotores a identificarem, em cartazes, placas, avisos luminosos ou similares, a relação comparativa dos preços do álcool e da gasolina, para informação dos motoristas de veículos de motor tipo "flex".

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

22) PL 327/2015	Ver. QUITO FORMIGA (PSDB)	Votação			
ALTERA A LEI DE Nº 14.485, DE 19 DE JULHO DE 2007, PARA INCLUIR NO CALENDÁRIO DE EVENTOS DA CIDADE DE SÃO PAULO O "DIA MUNICIPAL DOS DIREITOS CULTURAIS", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB)		Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

ASSUNTO: altera a Lei de nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir, no Calendário De Eventos da Cidade de São Paulo, o "Dia Municipal dos Direitos Culturais", a ser comemorado, anualmente, no dia 12 de outubro.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 8/9), com apresentação de substitutivo "a fim de adaptar o texto às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998" (fls. 8).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, normalmente orçadas.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Projetos na Pauta da 31ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 02/12/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 327/2015

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Quito Formiga, visa alterar a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir, no Calendário De Eventos da Cidade de São Paulo, o "Dia Municipal dos Direitos Culturais", a ser comemorado, anualmente, no dia 12 de outubro.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo "a fim de adaptar o texto às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998".

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do mencionado substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em